



Luís Miguel Moreira
Centro de Estudos Geográficos – IGOT
lmmgeo@gmail.com

DA DESCRIÇÃO À IMAGEM: PORTUGAL VISTO PELO GÉOGRAFO THOMAS JEFFERYS EM 1762

Pensamento e Imaginação Geográfica

O século XVIII foi o século do Iluminismo, do pensamento científico e do saber enciclopédico. A Geografia, à semelhança de outras áreas de saber, conheceu um forte impulso, afirmando-se como ciência empírica moderna, em resultado das inúmeras viagens de exploração realizadas, tanto nos oceanos como no interior dos continentes.

Esta “nova” Geografia, que poderíamos apelidar de “iluminista”, caracterizava-se pelo realismo e rigor nas descrições - por oposição aos relatos fantasiosos e de viagens imaginárias - pela classificação sistemática de colecções (plantas, animais, rochas, ...) e pelo uso do método comparativo para a explicação dos fenómenos.

A Geografia iluminista, que visava dar a conhecer o mundo, era, agora, praticada por mercadores, missionários, oficiais militares, diplomatas, cientistas, exploradores, viajantes e, até, turistas que observavam, examinavam e documentavam as paisagens visitadas que, depois, davam a conhecer sob a forma de relatos de viagens que se tornavam “best-sellers” internacionais.

As Universidades e as Academias de Ciências ou as de História, tornaram-se os espaços privilegiados de socialização científica, em particular da Geografia, tendo muitas delas patrocinado e incentivado missões de exploração geográfica a territórios pouco conhecidos ou ainda inexplorados, contando, também com o beneplácito da Coroa. Entre os vários exemplos, merecem destaque as viagens da equipa liderada por La Condamine à América do Sul, com o intuito de medir o arco de meridiano sobre o Equador e a exploração do Pacífico Sul por La Perouse e James Cook.

No caso português, a grande viagem de exploração ao interior do Brasil denominou-se de “Viagem Filosófica” e foi liderada por Alexandre Rodrigues Ferreira onde, para além da inventariação e do registo gráfico das espécies animais e vegetais, também foram elaborados mapas (Faria, 2001).

Intimamente associada à Geografia, a Cartografia – palavra que só seria “inventada” nos finais do século XVIII – acompanhou as transformações científicas, adaptando-se aos novos tempos. O aperfeiçoamento das técnicas de gravação e de impressão, a existência de elites políticas, diplomáticas e militares, cada vez mais numerosas, responsáveis pela organização da administração dos Estados modernos e a consolidação de uma classe de homens de negócios, contribuíram para o aumento generalizado do consumo de mapas que se verificou em todas as sociedades europeias do século XVIII. Na perspectiva do Estado centralizado, a cartografia converteu-se num instrumento privilegiado de reconhecimento e de planeamento territorial.

Para os militares, no contexto dos inúmeros conflitos armados que opuseram os vários estados europeus durante todo o século XVIII, os mapas continuaram a ser utilizados tanto no planeamento estratégico (pequena escala), como nas acções tácticas, ao nível do plano de batalha (grandes escalas).

Estes mesmos conflitos despertavam a atenção, o interesse e a curiosidade do público que procurava imagens e mapas que ilustrassem os diferentes teatros de operações.

Em suma, nas sociedades setecentistas, as imagens cartográficas, tanto em folha solta como integradas em atlas, acabaram por ocupar um lugar de destaque na secção de Geografia das principais bibliotecas, públicas e privadas, da época, tanto mais que, no pensamento do “Homem do Iluminismo”, os mapas constituíam as perfeitas sùmulas geográficas, verdadeiros epítomes do conhecimento enciclopédico do mundo.

Muito embora a retórica cartográfica desta época recorresse ao conceito de cientificidade, torna-se necessário fazer uma distinção entre dois tipos de cartografia que se afirmavam como científicas.

Por um lado, desenvolvia-se, cada vez mais, um tipo de cartografia que poderíamos apelidar de científica/técnica, baseada em levantamentos topográficos no terreno, observações astronómicas e medições trigonométricas, concretizada por um corpo técnico especializado, geralmente engenheiros militares, e que deu origem a um tipo de cartografia com características próprias que estão na base da moderna cartografia topográfica. O projecto de levantamento da Carta topográfica de França, dirigido pela família Cassini, tornou-se no modelo a ser imitado por todos os Estados.

Esta produção existia em paralelo com um tipo de cartografia “tradicional” e de “gabinete” onde, os então denominados “geógrafos” compunham e recompunham imagens cartográficas a partir do cruzamento de várias fontes, literárias e cartográficas, manuscritas ou impressas, usando um discurso que acentuava o carácter erudito e académico dos mapas.

Enquanto os mapas científicos-topográficos, eram compostos em escalas maiores, e se destinavam a um público restrito, normalmente composto por militares e políticos, a

cartografia de gabinete, privilegiando as escalas mais pequenas, destinavam-se a ser comercializadas pelo grande público.

Do confronto entre estas duas metodologias de produção cartográfica, resultavam discussões académicas onde, “antigos e modernos” defendiam um e outro tipo de mapas como sendo mais vantajoso que o outro. No caso português ficou célebre a discussão no seio da Academia Real da História, a propósito da metodologia a seguir na composição dos mapas regionais que deveriam ilustrar a “História de Portugal”. Durante anos o Engenheiro-Mór do Reino, Manuel de Azevedo Fortes, esgrimiou argumentos com os restantes académicos, incluindo o Cosmógrafo-Mór do Reino, Manuel Pimentel, defendendo as vantagens da cartografia do tipo topográfico sobre a de gabinete.

No fim, prevaleceu esta última por ser a solução mais rápida, mais barata e mais simples de elaborar, tendo dado origem aos primeiros mapas das Províncias portuguesas impressos em Portugal, em 1730 (Garcia, 2006).

Estes mapas foram gravados por Grandpré, um “artista” contratado em França para colaborar com a Academia Real da História, e incluídos na obra editada em 1736, *Geografia Histórica de Todos os Estados Soberanos da Europa*, da autoria do também académico D. Luís Caetano de Lima e foram, como veremos, uma das fontes para o mapa de Jefferys.

O mapa de Portugal de 1762

Em 1756 a Europa voltou a sentir os efeitos devastadores da guerra, tendo-se formado dois blocos antagónicos: de um lado a Inglaterra e a Prússia e do outro lado a França, a Áustria e a Rússia, que se envolveram num conflito que ficaria conhecido, genericamente, como “Guerra dos Sete anos”.

Numa primeira fase, Portugal, tal como a Espanha, ficou neutral em relação ao conflito, contudo, a partir de Agosto de 1759, as relações diplomáticas com a França degradaram-se rapidamente em sequência do chamado “caso de Lagos”, que consistiu num ataque naval inglês a uma frota francesa ao largo da costa Sul portuguesa, sem que Portugal, oficialmente estado neutral, fizesse qualquer tentativa de impedir a violação das suas águas territoriais por parte da armada inglesa (Barrento, 2006).

À medida que o conflito evoluiu, a França procurou atrair para a sua esfera de influência as monarquias da família Bourbon, incluindo Portugal. Contudo, as opções geopolíticas e geoestratégicas portuguesas levaram a optar pela velha aliança britânica, ainda que, sofrendo a ameaça de invasão territorial que, de resto, viria a concretizar-se na Primavera-Verão de 1762 e que só terminaria com a assinatura da Paz em 1763.

Todas estas movimentações diplomáticas e militares, despertaram o interesse e a curiosidade do público um pouco por toda a Europa, mas muito especialmente entre as populações dos países envolvidos.

Deste modo, assistiu-se a um aumento significativo de edições de mapas de Portugal, utilizados para ilustrar a guerra e localizar os principais acontecimentos, ainda que, na sua

larga maioria, sem qualquer inovação ou alteração significativa em relação aos mapas anteriores.

É neste contexto específico que Thomas Jefferys publicou o seu mapa de Portugal.

Thomas Jefferys (ca.1710-1771) está considerado como um dos mais prolíficos e proeminentes cartógrafos da segunda metade do século XVIII na Grã-Bretanha. Mais do que um geógrafo/cartógrafo, foi um técnico gravador e editor que, à semelhança de muitos dos seus colegas contemporâneos, gravou e publicou inúmeros trabalhos (alguns de outros autores), não só cartografia mas também livros, gravuras, vistas, etc.

A sua carreira de gravador terá começado na década de 1730, tendo aprendido e aperfeiçoado a sua arte no ateliê do também famoso editor cartográfico Emanuel Bowen (Pedley, 1996).

Desde então, trabalhou para vários editores londrinos, gravando diversos mapas e colaborando com a *Genleman's Magazine* desde 1746, ano em que conseguiu obter o título de “Geógrafo do Príncipe de Gales”, o então príncipe Frederik de Hannover. Após a morte deste, manteve o título referente ao novo príncipe de Gales, Jorge, e quando este ascendeu ao trono como Jorge III, Jefferys foi nomeado “Geógrafo do Rei” (Pedley, 2005).

Em 1750, decidiu estabelecer-se por sua conta, abrindo uma loja comercial em Charing Cross que rapidamente se expandiu, sobretudo a partir de 1756, aquando da Guerra dos Sete Anos, pois a procura por mapas dos principais teatros de operações militares aumentou consideravelmente.

Com o fim da Guerra dos Sete Anos e a consequente diminuição da procura por mapas da América do Norte e das restantes colónias britânicas, Jefferys enveredou por uma nova estratégia comercial, optando por realizar levantamentos cartográficos de grande escala dos condados ingleses. Deste modo, o editor comercial enveredava pelo caminho da cartografia científica.

Contudo, esta actividade revelou-se muito dispendiosa, tendo os custos de produção atingidos valores significativamente altos e que não foram cobertos pela procura do produto final. Efectivamente, enquanto os custos de produção de cartografia de gabinete eram relativamente baixos – pois muitas vezes os mapas resultavam de cópias de outros –, os mapas resultantes de levantamentos topográficos tinham custos astronómicos. Ao preço normal de produção, incluindo, papel, gravação e impressão, era necessário acrescentar o custo do salário das equipas de técnicos cartográficos que teriam de percorrer o terreno durante vários dias, custear os instrumentos utilizados e assegurar as despesas com a alimentação e o transporte. Como consequência directa desta opção desastrosa, foi forçado a declarar falência em 1766 (Harley, 1966).

Para assegurar a continuidade da sua actividade, Thomas Jefferys associou-se a Robert Sayer, um bem sucedido editor inglês que forneceu o capital necessário para a reedição de alguns dos trabalhos anteriormente publicados. Após a morte daquele ocorrida em 1771, Sayer associou-se a John Bennet e, tendo adquirido uma boa parte das placas gráficas, publicaram em conjunto alguns dos mapas de Jefferys.

Se, por um lado, Robert Sayer aproveitava parte do espólio que herdou da sua sociedade com Jefferys, por outro lado, houve uma tentativa de manter o negócio dos mapas na família através do filho Thomas Jefferys jr. No entanto, esta tentativa foi mal sucedida, pelo que, em 1773, estabeleceu-se uma parceria com William Faden – denominada Jefferys-Faden – e que se manteve até 1776, altura em que Faden adquiriu o negócio a que deu continuidade com muito sucesso e em seu próprio nome.

Em suma, no ano em que editou o mapa de Portugal, Thomas Jefferys estava no auge da sua carreira profissional.

O mapa de Portugal foi preparado numa edição bilingue, em português e inglês, impresso em várias folhas que, no seu conjunto, tem uma dimensão aproximada de ca. 165x88 cm. Relativamente aos mapas de grandes dimensões, como é o caso, era habitual os editores prepararem diferentes versões, de acordo com as mais variadas exigências do público. Assim, o mesmo mapa poderia ser encontrado “completo”, ou seja, com as suas folhas coladas formando uma imagem única destinada a ser afixada numa parede, tornando-se, definitivamente num mapa de gabinete; outra opção era o mapa ser vendido com as folhas encadernadas, formando uma espécie de atlas ou álbum “cartográfico”; finalmente, dependendo da encomenda, o mapa podia ser recortado em folhas mais pequenas e colado sobre tela, de forma a poder ser dobrado ou enrolado para caber num estojo próprio, ou até ficar em tamanho “quarto” para ser transportado facilmente para qualquer lado, adquirindo, desse modo, características próprias de um mapa de campo.

Fora da esquadria, no canto inferior esquerdo, todos os exemplares consultados possuem a seguinte indicação: “London. Sold by A. Dury Dukes’ Court S^t. Martin’s Lane . Price 10 ^s.6”.

Deste modo, torna-se difícil de se saber se o valor indicado, correspondente a meio guinéu, seria o preço do editor para a versão completa e colorida, ou apenas numa versão com menos folhas e a preto e branco. Não obstante, estamos em condições de saber que meio guinéu, em 1762, era um preço razoavelmente alto a pagar por um mapa, pelo que, o público interessado seria de classe a.

O mapa está delimitado numa dupla esquadria, sendo a interna graduada em latitude e longitude, estando esta, na parte superior do mapa referida ao meridiano de Londres e na parte inferior ao meridiano da ilha do Ferro.

No canto inferior direito, na parte Sudeste do mapa, o autor figurou três escalas gráficas: uma refere-se a “Légoas commuas de Portugal e d’Espanha 19 à hum Grao”; outra é em “Milhas Britannicas por Estatuto 69 à hum Grao” e finalmente a terceira escala está em “Légoas coammuas de França 25 à hum Grao”. Todas estas indicações estão escritas em português e em inglês.

A escala do mapa pode ser calculada, genericamente, em ca. de 1: 450 000. Refira-se que esta escala e dimensão do mapa permitiu ao autor representar um maior número de fenómenos naturais e humanos e com mais pormenor.

Na parte superior esquerda o autor inscreveu um texto bilingue intitulado “Idea Succinta Geographica e Historica de Portugal”. Este texto fornece, de forma muito resumida, uma descrição geográfica de Portugal, onde são incluídos alguns dados demográficos retirados da obra “Geografia Histórica...” de D. Luís Caetano de Lima de 1736. Esta pequena descrição é complementada por uma breve História de Portugal, que privilegia os confrontos entre portugueses e espanhóis ao longo dos tempos, destacando especialmente os episódios relacionados com a Guerra da Restauração. O autor informa os leitores quanto às opções geopolíticas tomadas pela Coroa Portuguesa naquela época: após uma aliança inicial com a França, na fase decisiva do conflito, já na década de 1660, Portugal contou com o apoio inglês que se veio a revelar fulcral para a vitória final sobre Espanha.

O mapa era, assim, utilizado como meio de propaganda política ou, pelo menos, constituía o suporte de um discurso de propaganda política, num momento em que a diplomacia franco-espanhola tinha procurado atrair Portugal para a esfera de influência do “Pacto de Família” e este procurava argumentos para não abandonar a protecção da aliança britânica.

No canto inferior direito, de novo em texto bilingue, o autor juntou umas “notas” onde apresenta as fontes utilizadas na elaboração do mapa e esclarece a simbologia utilizada. Ainda que este tipo observações fossem habituais, quase mesmo obrigatórias entre os geógrafos franceses, na cartografia britânica não havia este hábito, pelo que, apenas uns quantos autores juntavam observações e notas explicativas aos seus mapas.

Neste ponto, Jefferys indica que se socorreu dos “sette Mappas particulares das diversas Provincias de Portugal, do Patriarcado de Lisboa, e do Reino do Algarve, ultimamente publicados em Lisboa...” e, tendo em conta o ano de 1762, tanto pode estar a referir-se aos mapas gravados e editados por Carpinetti nesse ano, como aos mapas de Grandpré gravados em 1730 e editados em 1736.

Uma terceira versão destes mapas, gravados por Laurent presumivelmente em Paris, também pode ter sido usada como fonte, uma vez que foram incluídos como ilustrações da segunda edição da obra *Mappa de Portugal* de João Bautista de Castro, editada em Lisboa em 1762.

Outra das fontes referidas, é a lista das coordenadas geográficas de algumas vilas portuguesas, calculadas por Domenico Caspassi e publicadas na *Geografia Histórica*, ainda que sem qualquer data atribuída.

A menção de utilização de fontes recentes e pouco utilizadas, contribuía para a credibilização da imagem cartográfica junto do público consumidor, muito especialmente das elites dirigentes sempre ávidas de mapas actualizados.

Estes novos dados, obtidos a partir de observações astronómicas, deveriam corrigir as leituras anteriores e, assim, emendar os erros detectados na maioria dos mapas da época. Este novo mapa de Portugal seria, então, comparativamente aos anteriores, mais exacto e preciso, tanto mais que, nem os mapas das Províncias nas suas diferentes versões, ofereciam esta informação. Era, uma vez mais, a retórica “científica”.

Para além destas fontes cartográficas portuguesas, Jefferys menciona outros autores estrangeiros, cujos mapas também foram tidos em conta.

No canto inferior esquerdo figura a cartela, profusamente decorada, estendendo-se por quase toda a parte inferior do mapa, cuja autoria pertence a B. Ralph. A gravação e impressão de uma cartela muito decorada, era um trabalho que requeria mão-de-obra especializada, pelo que era bastante comum a contratação de outros artistas para comporem cartelas de mapas (Pedley, 2005).

Para além do título em português e do local e data de edição – “Londres, 1762”, o que mais se destaca é uma dedicatória a Lord Bute, o então Primeiro Lord Comissário do Tesouro do governo britânico, cargo desempenhado pelo Primeiro-ministro, e que exerceu funções durante o último ano da Guerra, altura em que uma força expedicionária britânica foi enviada para Portugal. O mapa é, por esta razão, posterior a Maio de 1762 pois foi só neste mês que Bute se tornou Primeiro-ministro.

Na cartela, decorada com alguns elementos marítimos, estão representadas três figuras humanas: a Lusitânia, segurando um escudo português e abraçando Bretanha que, para além de segurar um escudo com o símbolo do Reino Unido da Grã-Bretanha, empunha uma lança que aponta para o horizonte onde, em segundo plano, nove figuras masculinas envergando hábitos jesuítas parecem encaminhar-se para outros nove navios, que exibem o pavilhão britânico, estacionados junto daquela que parece ser a Torre de Belém.

Esta alusão à recente ordem de expulsão de Portugal dos padres da Companhia de Jesus parece ser mais um elemento da campanha de propaganda anti-jesuíta alimentada pelo Marquês de Pombal, em Portugal e na Europa. A gravura parece indiciar o apoio e a protecção inglesa a esta medida.

Ao lado da Lusitânia, segurando-lhe o braço direito, encontra-se uma outra figura feminina que parece ser a “Liberdade”, empunhando um cajado encimado por um “barrete”, símbolo da liberdade concedida aos escravos. Por esta razão, a Lusitânia apresenta nos pés uns grilhões cuja corrente foi partida. Reforçava-se, assim, a ideia de que a expulsão dos jesuítas, representou a libertação de Portugal do jugo moral e cultural, imposto por aquela ordem religiosa.

O mapa representa os limites das seis províncias portuguesas com uma linha tracejada que, dependendo das versões, podem ter sido coloridas. Contudo, na Província da Estremadura, parece existir uma certa confusão pois pode-se observar a existência de duas linhas tracejadas que parecem configurar dois limites internos.

Estas divisões parecem corresponder aos limites de comarcas, ainda que estes, nas palavras do próprio autor, não tenham sido marcados.

A rede hidrográfica figurada é bastante densa e completa, tendo o autor revelado preocupação em identificar o maior número possível de linhas de água (mapa 1). Verificam-se, no entanto, diferenças regionais assinaláveis, dado que o território português a sul do rio Tejo é aquele que apresenta um maior número de rios assinalados e identificados.

Esta situação não é inteiramente nova, dado que os mapas que podemos considerar as fontes cartográficas mais recuadas – mapas de Álvaro Seco (1561), de Nicolas Sanson (1654) e de Pedro Teixeira (1662) – já apresentavam esta característica. Assim, o autor apenas perpetuou a imagem criada nos séculos anteriores.

Para além destas fontes cartográficas, o autor acedeu a outros mapas que privilegiaram o Sul do país, particularmente o Alentejo, uma vez que esse território constituiu, ao longo dos tempos, o palco principal das guerras travadas em Portugal, especialmente da Guerra da Restauração e da Sucessão de Espanha e que lhe permitiu obter um conhecimento mais detalhados desta região.

Isto mesmo é-nos confirmado pelo autor que, nas notas explicativas, afirma: “Grande Uso se tem feito, não somente de muitos Mappas impressos da Terra e Costas de Portugal, mas também de huã Medida Militar da Província d’Alentejo, tomada por um Official Inglez na Guerra da Sucessão; e de outra Medida do Reino de Sevilha, publicado em 1748 pelo Ingenheiro Mor de Espanha, Don Francisco Llobet; e finalmente de huã da Baia de Cadiz e das Costas visinhas, tomada por Francisco Matthias Celi Piloto Mor da Armada Real de Sua Majestade Catholica em 1740”.

Ainda relacionado com os elementos hidrográficos são as lagoas figuradas a Sul do rio Tejo. Na Província da Estremadura, na área identificada com “Cemas de Ourém”, o autor desenhou um conjunto de seis lagoas, ainda que só tenha identificado uma delas como “Lagoa de Passo”. Também a Norte de Beja existe um pequeno alinhamento de três lagoas identificado como “as Lagoas”, o mesmo sucedendo na parte Sul do estuário do rio Sado, próximo da península de Tróia. Nas imediações de Alcácer do Sal foi desenhada uma lagoa de maior dimensão identificada como “Lagoalva”.

Este elemento surgiu pela primeira vez, na cartografia do conjunto do território português, no mapa de Pedro Teixeira de 1662, tendo sido, desde então, copiado inúmeras vezes.

A análise ao mapa da Província do Alentejo, nas versões Grandpré, Laurent e Carpinetti, permite confirmar a existência destas lagoas, com excepção daquelas que se localizam a Norte de Beja. Por sua vez, o mapa da Província da Estremadura apenas figura uma lagoa nas “Cimas de Ourém” identificada como “Lagoa de Passo”.

Em suma, para a composição da rede hidrográfica, Thomas Jefferys ter-se-á socorrido dos mapas de Sanson e de Teixeira e respectivas variantes e cópias até 1762, principalmente dos mapas das províncias. Por esta razão, o mapa incorpora elementos comuns aos dois autores, ainda que, muitas vezes, veiculem informações erradas. A ajuda de Sanson revelou-se muito útil sobretudo para a identificação do nome dos rios.

Para a actualização da informação, o autor valeu-se dos mapas editados por Carpinetti ainda que não tenha incorporado todas as alterações efectuadas por este editor português.

Outro fenómeno natural que se destaca é a representação e distribuição do relevo. A técnica utilizada foi o desenho em perspectiva, de pequenos montes alinhados que, nalguns

casos, parecem formar cordilheiras que se estendem para além do território português (mapa 2).

Numa perspectiva geral de conjunto, transmite-se a imagem de um país de relevo muito irregular, com muitas montanhas, especialmente nas regiões a Sul do rio Tejo. Tal como tinha sucedido para a rede hidrográfica, também aqui esta situação deverá estar relacionada com as fontes cartográficas utilizadas.

Comparativamente aos outros mapas de Portugal contemporâneos, ou que circulavam até então, verifica-se que o autor se preocupou em identificar o maior número possível de acidentes de relevo. Para tal, cruzou várias fontes, usando os nomes aí contidos.

A generalidade dos topónimos é baseada em Sanson - que se inspirou no mapa de Álvaro Seco - Teixeira e nos mapas regionais de Portugal editados a partir de 1730.

Contudo, alguns topónimos como “Monte de Cintra”, “Serra d’Arrabida”, “Serra da Figueira” ou “Serra de Reboledo” surgem, pela primeira vez aqui. Por sua vez, o nome “Montes Azulos”, no Alentejo litoral, parece corresponder a uma tentativa de tradução directa a partir do mapa de Bellin de 1762, onde este topónimo surge como “Montagne Bleue”.

Em resumo, a região Sul do país é aquela que regista um maior número de novos topónimos relacionados com o relevo, comparativamente aos mapas contemporâneos, o que indicia que o autor terá tido acesso a fontes que privilegiaram esta área do país.

Em todo o caso, a distribuição das cordilheiras montanhosas não parece ter sido aleatória, na medida em que estas surgem associadas à rede hidrográfica, delimitando as diferentes bacias hidrográficas e figurando as grandes linhas divisórias de águas. Este pormenor na figuração do relevo português constitui uma inovação e demonstra o grau de actualização de conhecimentos de teoria geográfica do autor (mapa 3).

De facto, em França, desde a década de 1750 que o “Primeiro Geógrafo do Rei”, Philippe Buache – cujos mapas eram comercializados em Londres por Jefferys - tentava sistematizar a representação gráfica das cadeias montanhosas, propondo o desenho de grandes cordilheiras, de forma a separar as diferentes bacias hidrográficas (ALEGRIA, 1977).

A análise à configuração da linha de costa, comprova que o autor seguiu de perto os mapas regionais editados em Portugal. A configuração do estuário do rio Tejo terá sido retirada a partir do mapa do Patriarcado de Portugal, inicialmente gravado por Grandpré, em folha solta, mas incluído no atlas de Carpinetti e também foi gravado por Laurent.

Há, no entanto, alguns pormenores que revelam a consulta de outras fontes complementares. Assim, por exemplo, a lagoa de Óbidos que não tinha sido representada nos mapas regionais, figura de forma destacada no mapa de Jefferys que, para esse pormenor, poderia ter-se baseado directamente no mapa de Teixeira e/ou das suas variantes.

Merece nota, também, o facto de o autor ter incluído a indicação da batimetria, ou pelo menos dos valores de algumas sondagens ao largo da costa portuguesa. Neste particular torna-se mais fácil identificar a filiação destes valores pois por comparação directa foi possível verificar que coincidem com os valores registados no mapa de Portugal de Bellin de 1762.

Tratando-se de Nicholas Bellin, *Ingénieur de la Marine et du Dépôt des Plans*, seria, certamente, considerado por Jefferys como fonte fidedigna, pelo que acrescentou este detalhe ao mapa, o que o torna mais completo.

Também o mapa de Portugal editado em Paris, em 1762, pelo geógrafo Rizzi-Zannoni apresenta esta informação.

Entre os diversos fenómenos humanos figurados neste mapa, o mais importante é a distribuição dos núcleos de povoamento, a que se associa a toponímia, pois dá a conhecer as cidades e vilas principais do reino e, deste modo, permite que o leitor possa localizar um qualquer evento político, militar ou outro, como era, em 1762, as movimentações militares luso-britânicas e franco-espanholas realizadas junto à raia seca.

A inexistência de qualquer legenda poderia fazer supor que o autor não fez qualquer distinção relativamente aos núcleos populacionais mas, na advertência ao público, Jefferys esclareceu que a distinção entre cidades e vilas seria feita através do tipo e tamanho de letra utilizado.

A toponímia é, por sua vez, bastante abundante, verificando-se que o autor utilizou várias fontes para completar esta informação essencial do mapa. Entre os “clássicos”, o mapa de Teixeira é aquele que apresenta uma maior riqueza toponímica, característica que terá contribuído para a sua extensa longevidade, pelo que foi amplamente utilizado por Jefferys. Contudo, o registo de alguns topónimos, assim como a actualização de outros, foram feitos a partir dos mapas das províncias portuguesas na sua versão Grandpré ou Laurent e não na sua versão actualizada feita por Carpinetti.

Para além destas fontes já identificadas, a existência do topónimo “Bragança Nova ou Aveiro”, remete-nos para outros mapas contemporâneos deste. De facto, após a conclusão do “Processo dos Távoras”, que também envolveu o Duque de Aveiro acusado de participação na tentativa de regicídio e, por essa razão, condenado a ser supliciado e executado publicamente em Lisboa, Aveiro foi elevada à categoria de cidade em Março de 1759 e, alegadamente a pedido das autoridades locais, o seu nome foi alterado para “Nova Bragança”.

Deste modo, a inclusão do novo nome da cidade, era revelador de uma preocupação por, parte do autor/editor, em actualizar a informação do mapa, preocupação que não era partilhada por todos. Entre os mapas de Portugal editados em 1762, apenas outros dois dão conta desta alteração toponímica: o mapa de Rizzi Zannoni, e o de Longchamps.

Outro fenómeno humano figurado é a rede viária, que assume uma importância maior dado que não são abundantes os mapas de Portugal, anteriores a 1762, que registam este tipo de informação (mapa 4). As fontes prováveis serão os mapas regionais na versão Laurent, visto que é a única que inclui a rede viária em todo o território português. A versão Grandpré não tem esta informação e os mapas de Carpinetti apesar de incluírem a rede viária, esta não está figurada nem no Entre Douro e Minho, nem na Província da Beira.

Em todo o caso, o autor não se limitou a decalcar as estradas dos mapas das províncias, pois apresenta uma rede viária mais completa e com mais itinerários, sobretudo no centro e no Sul de Portugal. A província de Entre Douro e Minho, ainda que apresentasse uma elevada densidade populacional, é a que figura uma rede viária menos densa, mais simples e com menos itinerários.

Relembre-se que a representação das estradas constituía um elemento importante, particularmente em contexto de guerra, pois servia para planear as movimentações militares, pelo que, muitos mapas ignoravam deliberadamente esta informação.

Tendo em conta este contexto de guerra aquando da edição do mapa, será necessário fazer uma análise aos elementos militares aí presentes.

De acordo com o autor, as suas principais fontes terão sido uma memória militar efectuada por um oficial inglês durante a Guerra da Sucessão de Espanha e a obra de Alain de Manesson Mallet *Les Travaux de Mars*, de 1683. Ambas as fontes, privilegiam a região do Alentejo, dado que aí decorreram as principais acções militares.

Nesta província, para além das principais povoações que foram representadas com uma cerca de muralhas, o autor também assinalou alguns fortes e “atalayas” junto da fronteira, particularmente na área entre Elvas – Jurumenha.

Ao longo da fronteira, foram assinaladas as principais fortificações e praças-fortes, destacando-se a figuração da linha defensiva do vale do rio Minho, numa e noutra margem, e que só encontra paralelo no mapa da Província de Entre Douro e Minho nas versões Grandpré e Laurent, que terão servido de fontes principais.

Também a defesa da linha de costa mereceu uma atenção especial por parte do autor, particularmente na Província de Entre Douro e Minho, na entrada dos estuários dos rios Tejo e Sado e ao longo da costa do Algarve. Uma vez mais, os mapas regionais terão sido as fontes principais.

Outro elemento de carácter militar presente no mapa está simbolizado por uma espada que indica as batalhas importantes travadas em solo português. Com excepção da batalha de Ourique e a indicação da data “1149”, as restantes referem-se a batalhas travadas durante a Guerra da Restauração. Uma das espadas está junto da localidade de Ameixial, referindo-se, presumivelmente a essa batalha decisiva; relativamente às outras duas, uma está nas proximidades de Vila Viçosa e deverá indicar a batalha de Montes Claros, enquanto na outra a espada foi colocada junto do topónimo de Castelo Rodrigo e refere-se à batalha aí travada em 1664.

A evocação destas batalhas importantes - uma associada à fundação do reino e ao milagre de Ourique e as restantes representando as vitórias decisivas no século XVII na guerra pela independência e na afirmação da dinastia de Bragança - contribuía para o reforço e exaltação dos sentimentos de identidade nacional, por oposição ao inimigo exterior tradicional – Castela/Espanha – especialmente em ano de guerra.

Conclusão

Tendo em conta as características gerais e particulares deste mapa de Portugal, estamos em condições de afirmar que se tratou de um trabalho especial, muito provavelmente em resultado de uma encomenda das autoridades portuguesas.

Por sua vez, o facto de o mapa ser bilingue português e inglês, também o torna único no contexto de produção cartográfica do autor, pelo menos até 1762, e é indicador de que o mapa também se destinava a ser lido em Portugal. Soma-se a isto, o facto da cartela com o título, ter sido especialmente concebida e decorada com uma encenação simbólica referente à expulsão dos jesuítas de Portugal e destina à propaganda interna e externa.

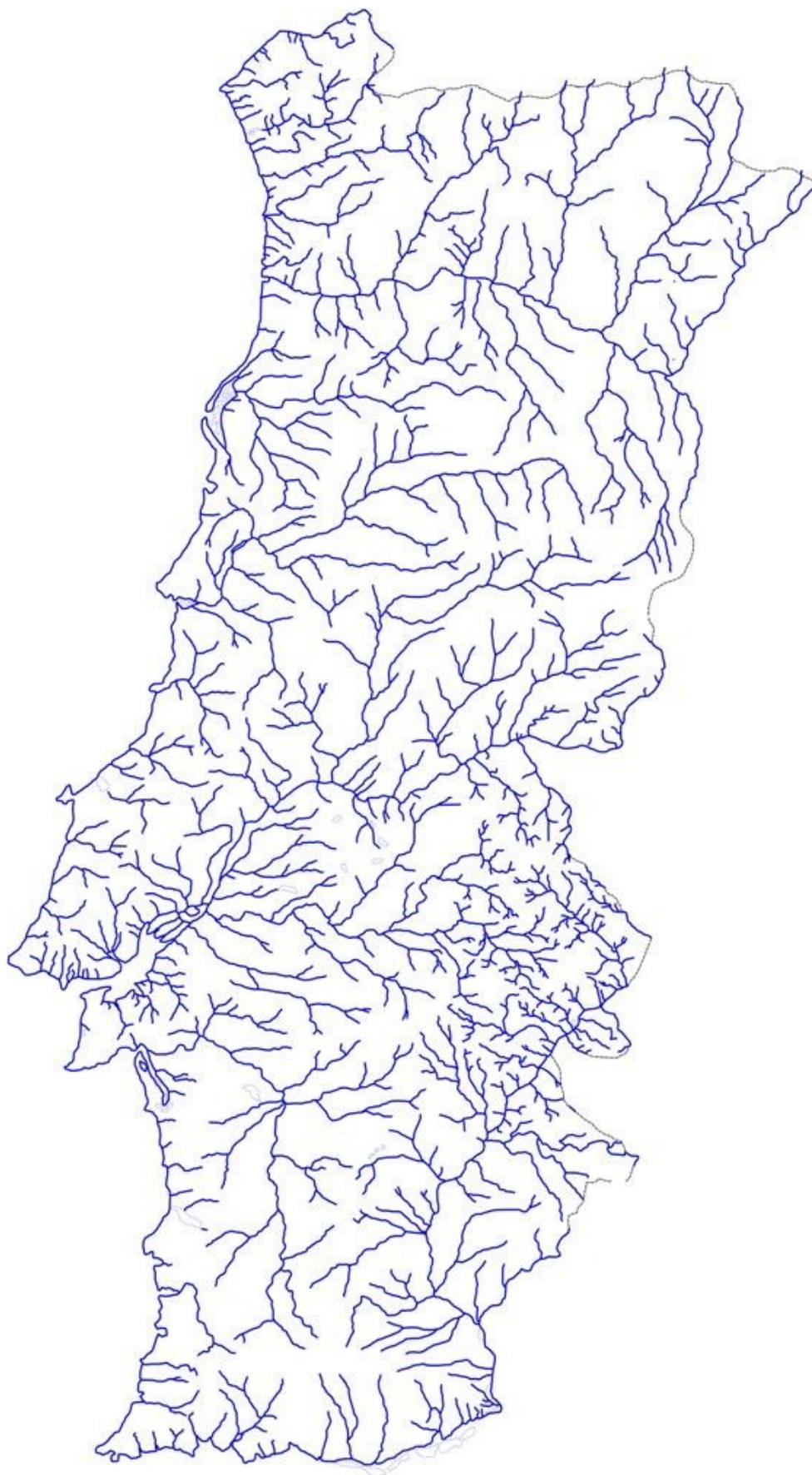
Neste sentido, a escolha da casa Jefferys revelou-se acertada, não só porque o seu nome era uma autoridade cartográfica que conferia validade ao conteúdo do mapa, mas também porque, graças à sua rede de contactos, o mapa conheceria uma ampla divulgação e circulação por toda a Europa.

A propósito da recepção deste mapa, podemos referir que em 1774, foi publicado, em Lausanne, um livro de memórias de Charles François Dumouriez sobre uma viagem realizada a Portugal em 1766. O autor era um agente secreto francês ao serviço do Duque de Choiseul e ao analisar os acontecimentos militares durante a Guerra Fantástica, refere que Portugal constitui um território desconhecido, sobretudo para os espanhóis, pois não existem bons mapas, ainda que se encontre uma excepção: “a guerra de 1762 nada produziu não havendo uma única carta fiável; tudo está esquecido e Portugal permanece desconhecido para os espanhóis. Os ingleses, pelo menos, fizeram uma bela carta de Portugal que pode ser utilizada apesar de ser deficitária nalgumas partes, e que explica a história antiga e moderna deste reino; a parte marítima desta carta reserva grande exactidão; vende-se em Londres, no Thomas Jefferys.” (Dumouriez, 200)

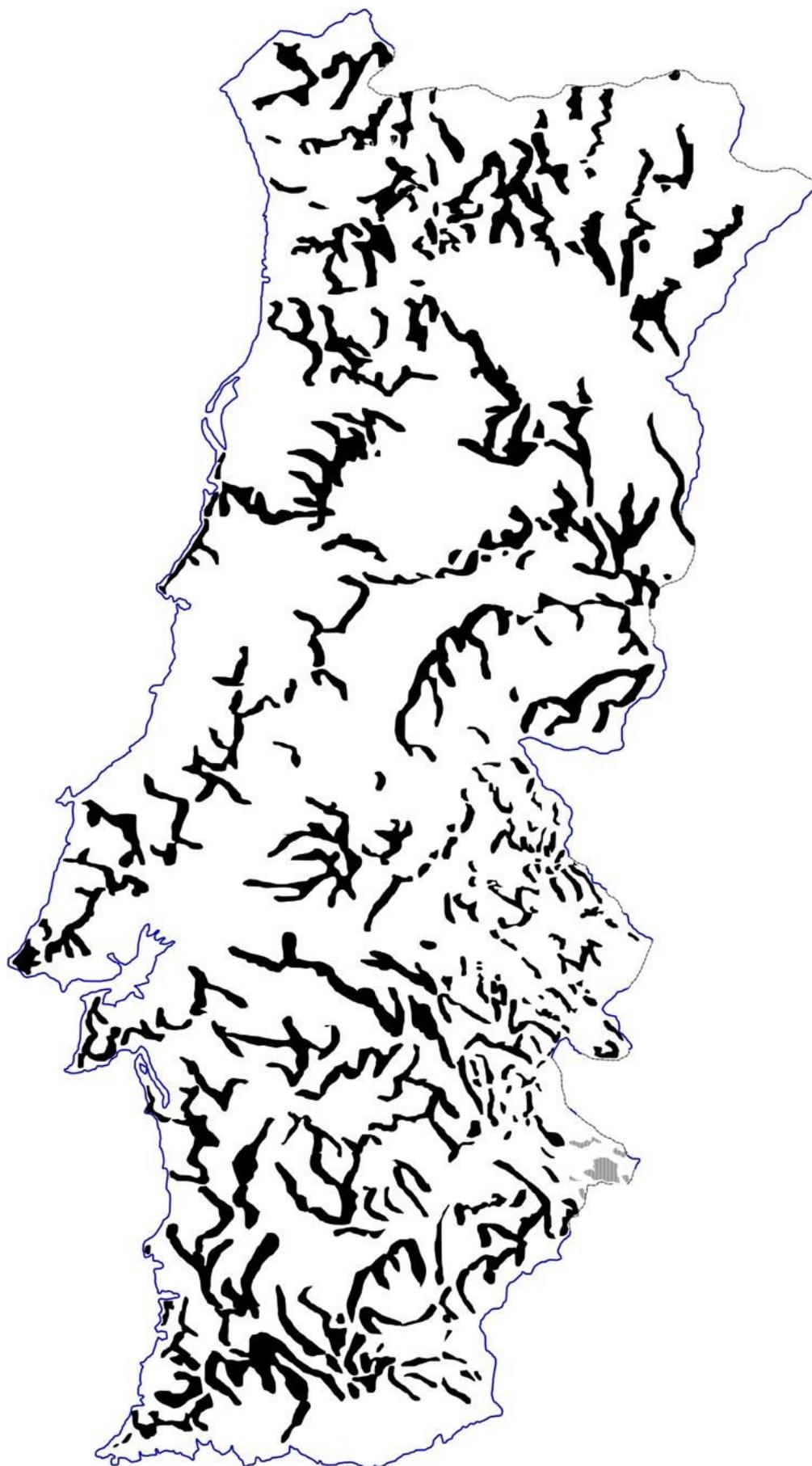
Para a realização deste mapa, Thomas Jefferys, ou alguém do seu ateliê, recorreu à técnica de compilação, utilizando informação contida em fontes cartográficas e descritivas. O autor terá recorrido a outras fontes não mencionadas nem identificadas no texto explicativo, no entanto, o conjunto de características evidenciado permite-nos filiar este mapa nos mapas regionais nas versões Grandpré e Laurent e, eventualmente, na versão Carpinetti. A partir desta base, o autor completou a restante informação recorrendo aos mapas dos “clássicos” Pedro Teixeira e Nicolas Sanson, bem como às suas diversas cópias e variantes.

Para além destes autores mais antigos, foi possível identificar a influência de fontes cartográficas contemporâneas, nomeadamente os mapas de Nolin, de Bellin, de Zannoni e de Longchamps, todos datados de 1762. Isto prova que existia um mercado relativamente activo e florescente entre os principais editores cartográficos londrinos e parisienses, trocando, comprando e vendendo mapas que depois constituíam fontes de informação para novas composições cartográficas (Pedley, 1981).

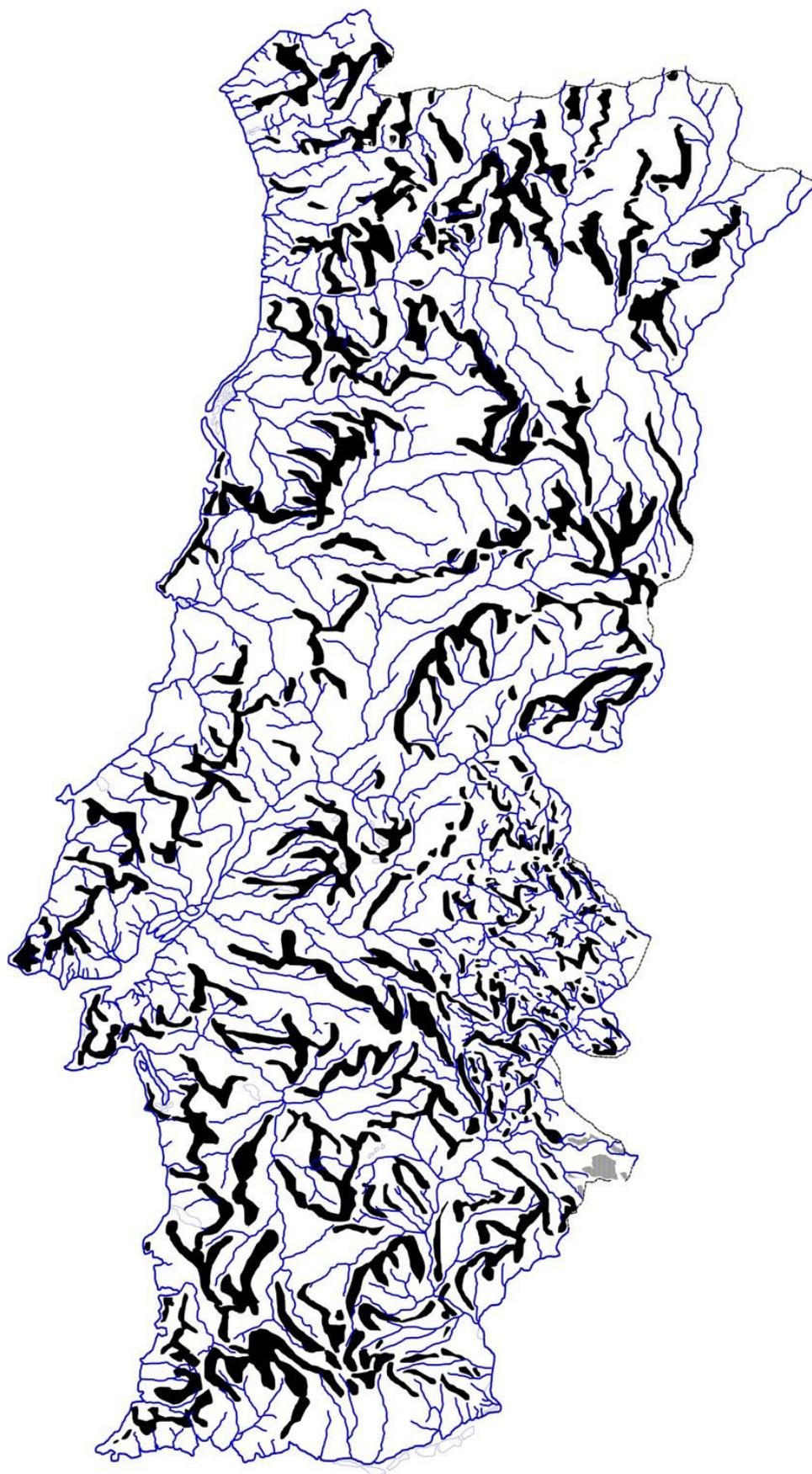
Apesar de todo o discurso científico sobre construção cartográfica, os mapas revelavam os argumentos eruditos dos autores, muito ao gosto do espírito académico da época.



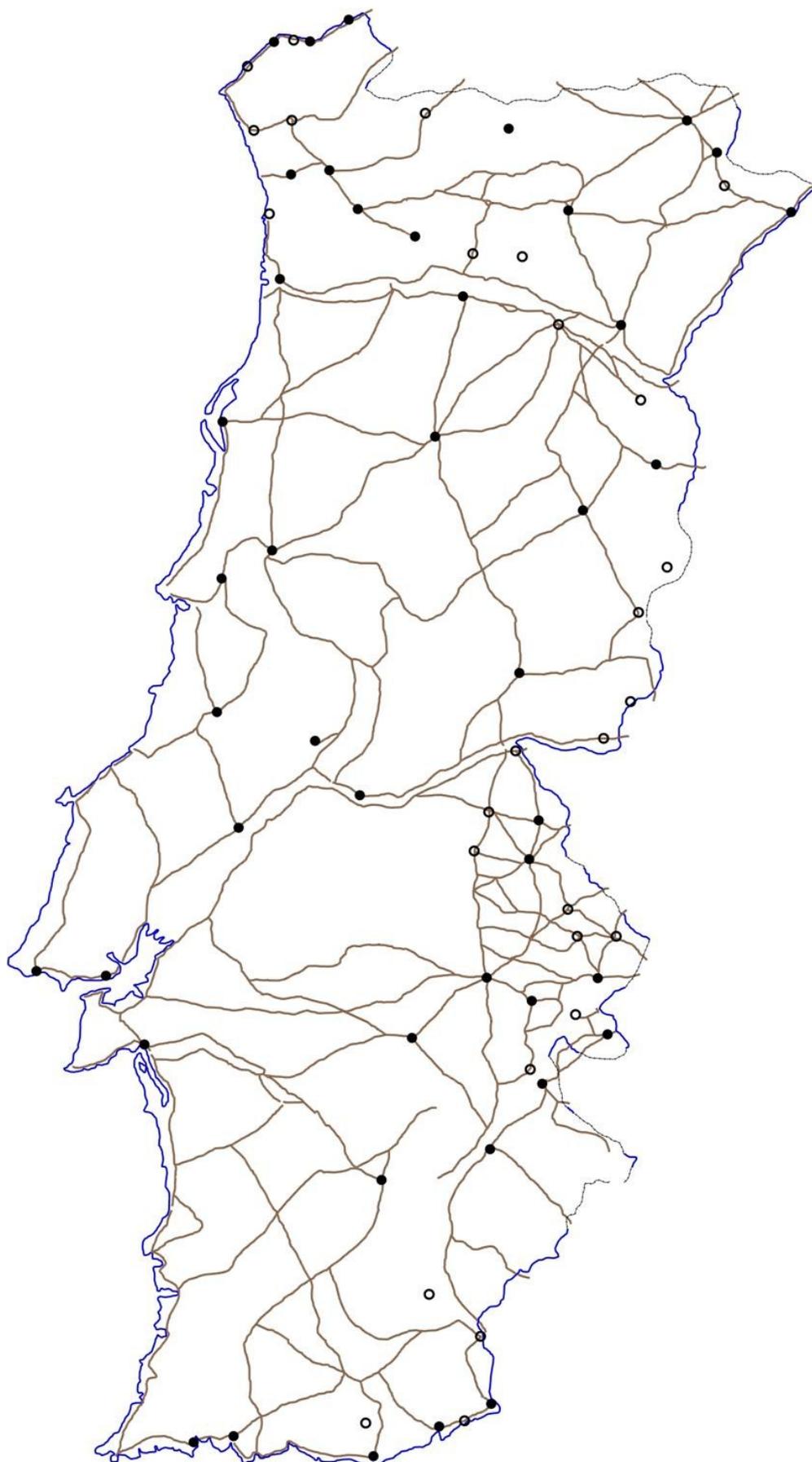
Mapa 1 – Rede Hidrográfica



Mapa 2 - Orografia



Mapa 3 – Bacias Hidrográficas



Mapa 4 – Rede Viária

Bibliografia:

- ALEGRIA, Maria Fernanda (1977) Cartografia Antiga de Portugal Continental. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*. XII (24): 169-210.
- FARIA, Miguel Figueira (2001) *A Imagem Útil - José Joaquim Freire (1760 - 1847) desenhador topográfico e de história natural: arte, ciência e razão de estado no final Antigo Regime*. Universidade Autónoma Editora, Lisboa.
- GARCIA, João Carlos (2006) Manoel de Azevedo Fortes e os mapas da Academia Real da História Portuguesa, 1720-1736 in *Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749). Cartografia, Cultura e Urbanismo*. Gabinete de Estudos de Desenvolvimento e Ordenamento do Território, Porto: 141-173.
- HARLEY, J.B (1966) The bankruptcy of Thomas Jefferys: An episode in the economic history of eighteenth century map-making. *Imago Mundi: The International Journal for the History of Cartography*. 20 (1): 27 – 48.
- PEDLEY, Mary Sponberg (1981) The Map Trade in Paris 1650-1825. *Imago Mundi: The International Journal for the History of Cartography*. 33: 33 – 45.
- PEDLEY, Mary Sponberg (1996) Maps, War and Commerce: business correspondence with the London firm of Thomas Jefferys and William Faden. *Imago Mundi: The International Journal for the History of Cartography*. 48: 161 – 173.
- PEDLEY, Mary Sponberg (2005) *The Commerce of Cartography: Making and Marketing Maps in Eighteenth-Century France and England*. (The Kenneth Nebenzahl, Jr., Lectures in the History of Cartography.) University of Chicago Press, Chicago.